



bússola

para as eleições de 2022



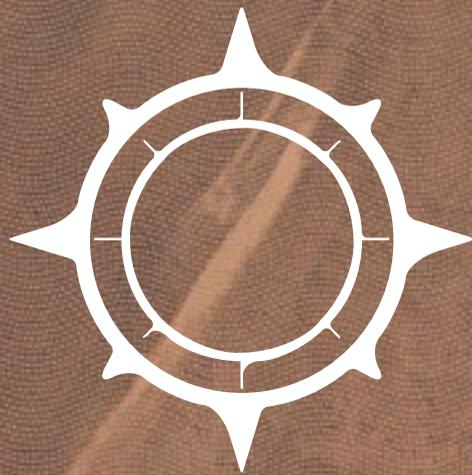
Fundado em 2009, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) é uma organização que promove os valores da democracia e da sustentabilidade como indissociáveis. Reunimos lideranças, profissionais e ativistas do campo socioambiental para desenvolver soluções e propor melhorias para políticas públicas.

bússola

para as eleições de 2022

Navegar é preciso, viver também. Essa bússola aponta o norte para novos mares.

O Brasil está hoje diante de uma grande oportunidade: as eleições de 2022 podem significar a guinada democrática que o país precisa para acertar o prumo em direção à rota da sustentabilidade. Este guia para o debate eleitoral de 2022 aponta caminhos para uma mudança de rumo. O Brasil que queremos não é o Brasil do futuro, é o Brasil que queremos e podemos ser hoje.



Conselho diretor

Ricardo Young Silva (Presidente)
João Paulo Capobianco (Vice-Presidente)

Equipe executiva

Coordenadora Executiva – Carolina Riberti Mattar
Coordenador de Pesquisa – Guilherme Barbosa Checco
Consultor sênior de Política e Direito Socioambiental – André Lima
Coordenação de Finanças e Controles – Arnaldo Augusto de Oliveira Filho
Assessora de Comunicação – Aline Souza (até junho/22)
Assessor do Projeto Radar Clima e Sustentabilidade – Mateus B. Fernandes
Assessor Jurídico – Ivens Drumond
Assessora de Advocacy – Marcela Moraes
Analista de Comunicação – Ywana Cerqueira Moreira
Analista de Pesquisas e Projetos – Djonathan Gomes Ribeiro (até março/22)
Assistente de Pesquisas e Projetos – Eduardo Araujo Couto
Secretária Administrativa – Elisabete Fernandes
Assistente Executiva – Donatila Brasil Rocha Pinski

Redação

Coordenadora Executiva – Carolina Riberti Mattar
Coordenador de Pesquisa – Guilherme Barbosa Checco
Consultor sênior de Política e Direito Socioambiental – André Lima
Assessora de Comunicação – Aline Souza (até junho/22)
Assessora de Advocacy – Marcela Moraes
Assistente de Pesquisas e Projetos – Eduardo Araujo Couto

Edição

Carolina Mattar - Coordenadora Executiva

Revisão técnica

DMCOM

As eleições de 2022

devem marcar o início de um novo tempo. A sustentabilidade não é mais assunto de ambientalistas, mas uma preocupação latente da população com a sua qualidade de vida.

Já se sabe que a sustentabilidade está no ar limpo, está na comida sem veneno, está na resiliência da cidade às chuvas fortes e na capacidade de abastecer toda a população com água em quantidade e qualidade adequadas. Ainda assim, o cuidado com o clima e o meio ambiente não está, este ano, no topo da lista de desejos dos brasileiros.

Isto exige um novo paradigma para os candidatos e candidatas aos diversos cargos eletivos e para os eleitores. Os compromissos assumidos em campanha precisam evidenciar as relações de causa e consequência entre as desigualdades, os problemas reais da vida cotidiana e as decisões políticas, que promovem menos ou mais sustentabilidade.

A **Bússola do IDS para as eleições de 2022** é um instrumento de navegação, para auxiliar o debate eleitoral deste ano, a partir dos trabalhos que o IDS vem desenvolvendo junto a parceiros em cinco agendas: Clima e Biodiversidade, Economia Verde, Segurança Hídrica, Governança Democrática e Formação Cidadã e Juventudes.

sumário

clima e biodiversidade 6

economia verde 9

segurança hídrica 11

governança democrática 13

formação cidadã e juventudes 15

considerações finais 17

clima e biodiversidade

Temos evoluído significativamente na construção de uma política socioambiental consistente no Brasil desde a Constituição Federal de 1988. Foram praticamente 34 anos de evolução gradual e cumulativa. Não faz muito tempo, o Brasil fez um grande esforço e conseguiu reduzir as taxas de desmatamento em todos os biomas do país. Na Amazônia, por exemplo, houve uma redução de 82% entre 2004 e 2013.

A partir de 2012, porém, ocorreu uma descontinuidade dessas ações, com o dismantelamento gradual e progressivo de estruturas institucionais participativas, a redução de investimentos em ações de monitoramento e controle ambiental, a paralisação na criação e implantação de unidades de conservação e demarcação de territórios indígenas e de comunidades tradicionais, e na implementação de medidas estratégicas com foco na fiscalização nos municípios críticos em desmatamento.

O desmatamento na Amazônia atingiu 13.038 quilômetros quadrados em 2021, um aumento de 20% em relação a 2020, quase 29% em relação a 2019 e 73% a mais do que em 2018. Os dados são do Prodes, programa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que fornece a taxa anual de supressão de vegetação nativa no bioma Amazônia, e representam a comprovação da estratégia de desmonte ambiental da gestão de Jair Bolsonaro.

Desde 2019, vivenciamos retrocessos e ameaças significativas no contexto das políticas de governo. O aumento expressivo nas taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal, no Cerrado, com aumento de mais de 17% desde que o governo atual assumiu, e na Mata Atlântica, que cresceu 66% em relação a 2020, bem como o acréscimo nas emissões de GEEs (gases do efeito estufa) no país, de quase 10% apenas em 2020, ano em que a pandemia reduziu as emissões em praticamente todo o mundo, de acordo com o SEEG/Observatório do Clima, além do aumento em 121% das emissões por termelétricas somente em 2021 – estes são apenas alguns dos indicadores objetivos desse verdadeiro desmanche ambiental.

A redução no orçamento executado de fiscalização ambiental é outro indício forte do apagão ambiental que o país vive. O Relatório do Observatório do Clima indica que, em 2021, o Ibama usou menos de 41% do recurso disponível para fiscalização (R\$ 88 milhões de R\$ 219 milhões)^[1]. Um estudo desenvolvido pelo IDS em parceria com o Programa MapBiomas, do Observatório do Clima, comprovou que, entre 2019 e 2021, apenas 2% do total de alertas de desmatamento ilegal foi objeto de alguma ação por parte do Ibama. Isso não representa mais do que 5% da área desmatada ilegalmente na Amazônia^[2] no período.

Propostas do IDS para os desafios climáticos do Brasil⁽¹⁸⁾

1.

Mapear todos os retrocessos perpetrados pelo governo Bolsonaro na legislação infralegal e na estrutura de gestão ambiental federal e revertê-los para fortalecer os órgãos de fiscalização, controle e licenciamento ambiental, bem como retomar a participação da sociedade civil em todas as instâncias de formulação de políticas públicas socioambientais, a exemplo do Conama, e dezenas de outras.

2.

Restabelecer o PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – e sua instância de governança, e desenvolver planos para todos os biomas brasileiros em convergência com a meta de Desmatamento Zero até 2025 e Carbono Neutro antes de 2050.

3.

Reativar o financiamento de projetos do Fundo Amazônia, paralisado por divergências entre os países doadores e o governo Bolsonaro.

4.

Retomar o programa de conversão de multas em serviços ambientais desenvolvido pelo Ibama em 2018, por meio do qual seriam investidos mais de R\$ 2 bilhões em restauração florestal em bacias hidrográficas críticas.

5.

Cancelar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades e posses rurais sobrepostas a Terras Indígenas e Unidades de Conservação, florestas públicas federais, e suspender o CAR de imóveis com desmatamento ilegal em áreas de preservação permanente e reservas legais.

6.

Rever lista de prioridades legislativas do governo federal para rejeitar, rever e/ou consensuar mérito com a Frente Parlamentar Ambientalista nos seguintes projetos de lei:

- PL 490/2007 – Marco Temporal das Terras Indígenas;
- PL 191/2020 – Mineração em Terras Indígenas;
- PL 2.159/2021 – Licenciamento Ambiental;
- PL 6.299/2002 – Agrotóxicos;
- PL 510/2021 e PL 2.633/2020 – Regularização Fundiária;
- PEC 39/2011 – Transferência e Venda de Terrenos da Marinha;
- PL 4.546/2021 – Novo Marco Hídrico, que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.

7.

Aprovar as seguintes propostas legislativas no Congresso Nacional:

(i) Propostas de Emenda Constitucional (PEC)

- PEC 37/2021 na Câmara – [Institui a Segurança Climática](#) no texto constitucional como um Direito Fundamental.^[3]
- PEC 6/2021 aprovada pelo Senado – Institui o [acesso a água potável](#) como um direito fundamental.^[4]

(ii) Projetos de Lei (PLs)

- PL 6.539/2019 – [Brasil Carbono Neutro 2050](#): aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), para atualizá-la no contexto do Acordo de Paris e dos novos desafios relativos à mudança do clima.^[5]
- PL 6230/2019 – [Institui o Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos](#) em todos os biomas brasileiros: no Senado, define ações estratégicas para a prevenção, monitoramento e controle de desmatamento em todo o território nacional, específicas para cada bioma.^[6]
- PL 528/2020 – [Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões \(MBRE\)](#), determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima, Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.^[7]
- PL 4.450/2021 – [Sinal Vermelho para o Desmatamento Ilegal](#): dispõe sobre a vedação de registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis rurais em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas, da suspensão de validade do CAR em imóveis com desmatamento ilegal e do embargo automático remoto obrigatório no caso de desmatamento ilegal em imóveis rurais e dá outras providências.^[8]
- PL 11.276/2018 – [Manejo Integrado do Fogo](#): aprovado pela Câmara em dezembro de 2021.^[9]



economia verde

Com a pandemia do coronavírus, o Brasil e o mundo enfrentam uma das mais graves crises da história, com profundas consequências sanitárias, sociais e econômicas. São 12 milhões de desempregados e 33 milhões de brasileiros que passam fome ou vivem em situação de insegurança alimentar grave.

O desafio da recuperação econômica e social está colocado. Precisamos crescer e gerar empregos. A pergunta determinante a ser feita é: em que direção queremos que o Brasil cresça?

O combate às mudanças climáticas exige um esforço coletivo de magnitude até hoje desconhecida pela humanidade, com uma reestruturação radical das formas de produção e consumo. Neste sentido, a transição para uma economia verde depende de uma forte liderança do Estado, em cooperação com a iniciativa privada e participação da sociedade civil. Também é fundamental a construção de uma transição justa, que enfrente desigualdades econômicas e sociais estruturais, com políticas voltadas para a inclusão de mulheres, negros, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Diversos países do mundo estão alavancando suas economias sem perder de vista objetivos de longo prazo. A União Europeia, um de nossos principais parceiros comerciais, aprovou um ambicioso plano de recuperação econômica, de € 800 bilhões, que tem como objetivo “acelerar as transições ecológica e digital”.

Hoje o Brasil não possui uma classificação oficial que defina o que são atividades econômicas verdes, o que dificulta seu dimensionamento e o planejamento de políticas públicas de fomento. Pesquisa recente estima que os empregos verdes representam 6,4% dos empregos formais e informais do país.^[10]

Temos imensas vantagens comparativas para reorientar nosso modelo de desenvolvimento, construindo uma matriz de oportunidades baseada em tecnologia e inovação, com industrialização e geração de empregos em atividades com impactos ambientais e climáticos positivos. Muitas iniciativas no país já apontam neste sentido. Fontes de energia limpa e renovável, mobilidade elétrica, bioeconomia e reflorestamento, agricultura sustentável, turismo e economia circular – estes são alguns dos setores estratégicos que podem impulsionar a transição para uma economia verde.

É necessário assumir a sustentabilidade como eixo central do desenvolvimento econômico nacional e garantir que setores estratégicos da economia verde ganhem escala.

Propostas do IDS para alavancar a economia verde

1.

Criar um Plano Nacional para o Desenvolvimento da Economia Verde – Elaborar uma política industrial e tecnológica que permita ampliar maciçamente os investimentos em setores estratégicos para a economia verde no Brasil, por meio de instituições financeiras públicas, de compras públicas sustentáveis e uma agenda para destravar gargalos regulatórios.

2.

Formular uma taxonomia verde para classificar as atividades econômicas – A taxonomia verde é uma classificação nacional das atividades econômicas que criam impactos positivos no meio ambiente, no clima e em atividades que geram riscos.^[11] O Brasil precisa criar parâmetros claros e objetivos que reorientem as ações do Poder Público, permitindo o redirecionamento de seus investimentos para projetos coerentes com seus objetivos ambientais e climáticos.

3.

Promover uma reforma tributária sustentável – Garantir transparência pública sobre quais setores econômicos são beneficiados por renúncias fiscais. Com base em uma taxonomia verde, manter e ampliar estímulos a atividades que causam impactos ambientais e climáticos positivos e reduzir gradualmente incentivos e ampliar a tributação sobre atividades que causam riscos ao meio ambiente ou emitem acima das metas nacionais. Aprovar as emendas à PEC 110 com as nove propostas apresentadas pela Campanha Está Faltando Verde^[12] na reforma tributária.

4.

Ampliar investimentos em ciência, tecnologia e inovação para a sustentabilidade – A transição para uma economia verde está atrelada a investimentos no desenvolvimento de tecnologias limpas. Nos últimos anos, o Brasil reduziu os gastos nesse setor estratégico, com cortes de quase 45% nos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 2022, em comparação com o aprovado em 2021, de acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o que impossibilita que o país assuma posição competitiva em uma economia cada vez mais baseada no conhecimento.

segurança hídrica

A segurança hídrica é uma questão estratégica para a adequada qualidade de vida da sociedade e o desenvolvimento do Brasil. A água é um bem natural essencial à vida e central para um conjunto de atividades e usos: abastecimento humano, agricultura, indústria, navegação, energia e outros. As mudanças climáticas e seus consequentes eventos extremos, como chuvas mais intensas e concentradas e secas mais severas e prolongadas, vêm impondo novas e desafiadoras dificuldades para cuidar e gerir adequadamente nossas águas.

Dados lançados pelo MapBiomias,^[13] em agosto de 2021, apontou a atual situação dos rios do Brasil após análise por satélite. Há perda de superfície de água em oito das 12 regiões hidrográficas, em todos os biomas do Brasil. A redução de água doce no país, entre 1991 e 2020, foi de 15,7%. No cenário mais drástico, as projeções indicam que as regiões Sul e Sudeste devem enfrentar um aumento da ordem de 10% a 20% do volume médio de chuvas, o Centro-Oeste e o Nordeste uma redução de 10% e a Amazônia uma redução de 20%. Na disputa entre os usos múltiplos no país, a agricultura é o setor que mais consome água (50%), com o abastecimento urbano em segundo lugar (24%) e a indústria (9,7%) em terceiro. Essa disputa também tem gerado violência, com 489 conflitos pela água registrados no país em 2020. Os impactos ocorrem, também, na saúde pública: em 2018 foram registradas mais de 233 mil internações decorrentes de doenças de veiculação hídrica.

O Brasil ainda está longe da universalização do saneamento básico, com 39,3 milhões de brasileiros sem acesso a água e 99,8 milhões sem coleta e tratamento de esgoto, sendo que 24,8% das crianças e dos adolescentes não têm acesso a saneamento. A falta de políticas adequadas para a coleta de lixo, em pleno século XXI, na era da tecnologia, já acumula 110 mil quilômetros de rios poluídos em todo o país. O uso predatório e perdulário da água, associado à gestão ineficiente dos recursos hídricos, tanto na esfera pública como privada, contribui para a má distribuição deste bem público, com impactos perversos, especialmente para as populações mais vulneráveis, comprometendo a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.^[31]

Propostas do IDS para a segurança hídrica no Brasil

1.

Reconhecer na Constituição Federal o acesso a água potável e esgotamento sanitário como dois direitos humanos fundamentais, a partir de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6 de 2021, já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara.

2.

Viabilizar investimentos públicos perenes e criar incentivos ao investimento privado para a gestão sustentável das águas e garantia da universalização do acesso a saneamento básico até 2033, conforme a meta da Lei Federal 14.026/2020, que criou o Novo Marco Legal do Saneamento.

3.

Implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, aprimorando a sua governança, gestão e instrumentos, em especial com o fortalecimento das capacidades dos Comitês de Bacias Hidrográficas, por meio de outorgas.

4.

Fomentar planos locais e interregionais para a conservação e gestão de mananciais em áreas produtoras de água e territórios centrais para a segurança hídrica, alinhados com o desenvolvimento socioeconômico, a partir da mobilização dos atores locais.

5.

Vincular metas de proteção das áreas de mananciais à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)^[14] apresentada pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e ao compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de cobertura vegetal.

6.

Criar um Plano Nacional de Segurança Hídrica que viabilize ações e instrumentos para lidar com a escassez hídrica, com sistemas resilientes às mudanças climáticas e especial atenção para o setor agropecuário, principal usuário de água no Brasil, responsável por 52% dos usos consuntivos.^[15]



governança democrática

Após quase 34 anos de sua promulgação, o Brasil ainda tem muitos aspectos nos quais precisa avançar para que o Estado e a sociedade brasileira se aproximem da visão democrática e de desenvolvimento social estabelecida na Constituição de 1988. Entre outras situações, enfrentamos no país o desafio do aumento da efetividade da participação social.

Municípios, em geral de pequeno e médio portes, têm baixa capacidade administrativa-burocrática para exercer o seu papel na implementação das políticas públicas. Do total de 5.570 municípios brasileiros, apenas 49 têm mais de 500 mil habitantes.^[16] Essa realidade é agravada pela elevada centralização dos recursos tributários na União. Em 2017, após feitas as transferências obrigatórias pelos demais entes, os municípios dispuseram de apenas 20% do total da receita disponível do Estado brasileiro.^[17]

Desencontros e desarticulações entre os entes federados na implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento nacional, incluindo o quadro de desfinanciamento de políticas pela União em relação aos demais entes, provocado pelo teto de gastos, evidenciam a necessidade de rever o Pacto Federativo brasileiro e de promover o aprofundamento da democracia por meio do fomento e qualificação da participação social no nível local, do fortalecimento da capacidade de atuação dos municípios para a promoção do desenvolvimento sustentável e do aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação interfederativa.

Propostas do IDS para aprimorar a governança democrática*

1. Adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como uma das bases estruturantes de planejamentos estatais de médio e longo prazos, contribuindo para a articulação entre os entes federados e para a coerência das políticas implementadas com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável.

2. Garantir aos municípios maior percentual dos recursos da carga tributária brasileira em relação aos demais entes federativos.

3. Revogar o teto de gastos da União e não adotar medidas semelhantes nos demais níveis de governo, uma vez que elas não são efetivas como medida fiscal, tampouco são compatíveis com a promoção do desenvolvimento social em um país tão desigual como o Brasil.

4. Formular e implementar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, que oriente o desenvolvimento social e econômico ambientalmente equilibrado e equânime do território brasileiro e que contribua para um melhor esclarecimento e definição das competências, responsabilidades e governança entre os entes federados na implementação integrada de políticas públicas.

* Propostas oriundas do projeto Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030,^[18] realizado conjuntamente pelo IDS Brasil, Instituto de Estudos Avançados da USP, Iclei, Instituto Ethos e Programa Cidades Sustentáveis.

formação cidadã e juventudes

O Brasil vive hoje um momento de bônus demográfico, com a maior geração de jovens de sua história: um quarto da população têm entre 15 e 29 anos.^[19] Essas juventudes têm consciência sobre os desafios da emergência climática, da sustentabilidade e da democracia – todos fortemente marcados pela intergeracionalidade –, mas encontram muitas barreiras para expressar essas preocupações:^[21,22] o recorde de jovens desempregados,^[19] desafios na educação,^[23] a polarização do debate político, o esvaziamento de conselhos e comitês nacionais,^[24] e muitos outros, sempre agravados pelas desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero.

No primeiro trimestre de 2022, 22,8% dos jovens entre 18 e 24 anos e 36,4% daqueles entre 14 e 17 anos estavam desempregados, frente aos 11,8% do total da população em idade de trabalhar.^[27] O II Vigisan, da Rede Penssan,^[25] indica que domicílios com jovens têm mais chances de apresentar moradores em situação de insegurança alimentar média ou grave, com aumento de 12% – em domicílios com apenas adultos – a 25% – em domicílios com três ou mais pessoas com menos de 18 anos. Na política, a pesquisa da Fundação Tide Setúbal em parceria com a Avaaz,^[20] que entrevistou mais de mil jovens brasileiros de 16 a 34 anos para entender

melhor suas opiniões sobre questões políticas e sociais do país, apontou que existe entre eles uma percepção generalizada que os afasta de qualquer interesse na política: a intolerância. Para 58% dos entrevistados não faz muito sentido a existência de direita ou esquerda no campo de atuação política e 59% dos jovens não discute política nas redes sociais por medo de serem cancelados. Além disso, um em cada cinco jovens entre 16 e 34 anos não sabe o que é democracia, e 92% não confiam ou confiam pouco nos partidos políticos.^[28] Outra pesquisa, Jovens no Poder,^[29] do Instituto Update, demonstra que apenas 7,2% dos vereadores eleitos têm menos de 30 anos.

É preciso aprofundar a democracia em direção à participação social e promover as juventudes como sujeitos políticos para um presente e, principalmente, um futuro democrático e sustentável. Se o jovem estiver na mira do jovem, o Brasil pode alavancar a economia do país, aproveitando o seu bônus democrático, aumentando o seu capital social, a sua força de trabalho, a geração de riqueza e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida da sua população.

Propostas do IDS para a formação de jovens cidadãos

1.

Incluir democracia e sustentabilidade na grade curricular dos ensinos público e privado de maneira interdisciplinar e conectada aos problemas complexos que emergem a partir do contexto atual.

2.

Apoiar iniciativas do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) para o fortalecimento de mecanismos de participação local, regional e nacional, em parceria com organizações da sociedade civil.

3.

Considerar as diversidades sociais de diferentes naturezas e a intersecção das pautas identitárias como elementos fundamentais e indissociáveis do aprofundamento da democracia e da formulação, regulação, planejamento e implementação de toda política pública.

4.

Usar novas tecnologias da comunicação nos canais de transparência do poder público, ampliando o acesso do público jovem e incentivando a sua participação cidadã.

5.

Democratizar as regras partidárias e eleitorais para permitir o acesso de jovens aos fundos eleitorais e partidários, promovendo a renovação dos quadros políticos a partir das eleições municipais de 2024.

6.

Criar oportunidades de capacitação e geração de renda para jovens com foco na inserção profissional em atividades da economia verde.

7.

Aprovar a PEC 37/2021 que Institui a Segurança Climática^[3] como direito constitucional e incorporar a resolução 76/300 das Nações Unidas^[30], que reconhece o ambiente saudável como direito humano, garantindo qualidade de vida para as gerações futuras.

considerações finais

O nosso horizonte é curto e as eleições de 2022 serão apenas um instante.

A implementação dessas propostas, como todas aquelas que têm como objetivo a revitalização das instituições e o desenvolvimento sustentável, depende da capacidade do executivo e do legislativo, em nível federal, estadual e municipal, e do envolvimento dos múltiplos atores e setores representativos da sociedade para que os seus efeitos sejam de longo prazo.

**#SerSustentável é ser democrático.
Seja Sustentável. Vote Sustentável.**

Clima é tudo!

**Nessas eleições,
vote pelo clima!**

Acesse FarolVerde.org.br e conheça a posição de candidatas e candidatos ao Senado e Câmara de Deputados sobre questões ambientais.

Saiba mais em www.idsbrasil.org.

**Os ventos são de mudança, mas,
para torná-las reais, precisamos
soprar mais forte.**



notas e referências

[1] Veja o Relatório do Observatório do Clima. Disponível em: <https://bit.ly/RelatorioOC22>.

[2] Conforme relatório do IDS e MapBiomias, Análise das Ações do Governo Federal em Relação aos Alertas de Desmatamento, de dezembro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/IDS-MapBiomias>.

[3] Saiba mais sobre a PEC 37/2021 na campanha A Lei Mais Urgente do Mundo. Disponível em: <https://pelacidadania.org.br/a-lei-mais-urgente-do-mundo/>.

[4] Confira a tramitação da PEC 6/2021 no site do Senado: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132208>.

[5] Confira a tramitação do PL 6539/2019 no site do Senado: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140343>.

[6] Confira a tramitação do PL 6230/2019 no site do Senado: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139988>.

[7] Confira a tramitação do PL 528/2020 no site da Câmara: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2270639>.

[8] Confira a tramitação do PL 4450/2021 no site da Câmara: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2312591>.

[9] Confira a tramitação do PL 11276/2018 no site da Câmara: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190265>.

[10] Pereira Filho, Paulo Eduardo Braga. Empregos verdes no Brasil: onde estão e quantos são? Instituto Escolhas, 2022. Disponível em: https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/PB_07_Paulo-Braga_em-pregos-verdes.pdf.

[11] André Lima, Marcela Moraes. Quem disse que é Economia Verde?. Congresso em Foco, 13.08.2021. Disponível em:

<https://bit.ly/EconomiaVerde-QuemDisse>.

Luciane Moessa. Taxonomias verdes e sociais no sistema financeiro: por que e como fazer? Congresso em Foco, 16.02.2022. Disponível em: <https://bit.ly/TaxonomiaVerde>.

[12] Saiba mais sobre a campanha em: <http://estafaltandoverde.org.br/>.

[13] Veja os dados e um vídeo da campanha em: <https://www.idsbrasil.org/noticias/o-brasil-esta-se-cando/>.

[14] Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). Saiba mais em: <https://umsopla-neta.globo.com/clima/noticia/2021/04/04/o-que-e-o-acordo-de-paris-e-as-ndcs.ghtml>.

[15] Usos consuntivos são aqueles que retiram a água de sua fonte natural, diminuindo suas disponibilidades espacial e temporal. Por exemplo, irrigação, indústria e o abastecimento humano.

[16] Conforme o IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-impressao/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>.

[17] Segundo o relatório MultiCidades, ano 14 (2019). Disponível em: <https://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/729-multi-cidades-ano-14-2019>.

[18] Propostas oriundas do projeto Pacto Federativo: Municípios para a Agenda 2030, realizado conjuntamente pelo IDS Brasil, Instituto de Estudos Avançados da USP, Iclei, Instituto Ethos e Programa Cidades Sustentáveis.

[19] Conforme o Atlas das Juventudes, com dados do IBGE. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVEN-TUDES-2021-COMPLETO.pdf>.

[20] Segundo pesquisa da Fundação Tide Setúbal em parceria com a Avaaz. Disponível em: <https://www.idsbrasil.org/noticias/juventudes-e-politica/>.

[21] Veja os dados da pesquisa em: <https://www.idsbrasil.org/noticias/mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros/>.

[22] Segundo estudos da Luminare. Disponível em: https://luminaregroup.com/storage/1461/PT_Youth_Democracy_Latin_America.pdf.

[23] Conforme estudo de Marcelo Neri, da FGV Social. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV_Social_Neri_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf.

[24] Conforme reportagem do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>.

[25] II Vigisan – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Penssan. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

[26] Proposta retirada e editada da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável do IDS. Disponível em: <https://www.idsbrasil.org/agendas-tematicas/governanca-democratica/plataforma-brasil-democratico-e-sustentavel/>.

[27] Segundo a PNAD Contínua 1º trimestre/2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego.

[28] Confira mais em: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2022/A-educa%C3%A7%C3%A3o-midi%C3%A1tica-e-a-politiza%C3%A7%C3%A3o-dos-jovens>.

[29] Relatório Jovens no Poder. Instituto Update. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1qRvn_n3hOi6oeVCGE1VT7GgJoC0X48KJ/view.

[30] Saiba mais sobre a resolução 76/300 da ONU em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1796682>.

[31] Você pode encontrar esses e mais dados sobre a segurança hídrica no Brasil nesses links:

Summary for Policymakers do IPCC (em inglês). Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM.pdf.

Relatório de conjuntura de 2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Disponível em: <https://relatorio-conjuntura-ana-2021.webflow.io/>.

Atlas Esgotos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Disponível em: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>.

Relatório Conflitos no Campo Brasil 2020, da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>.

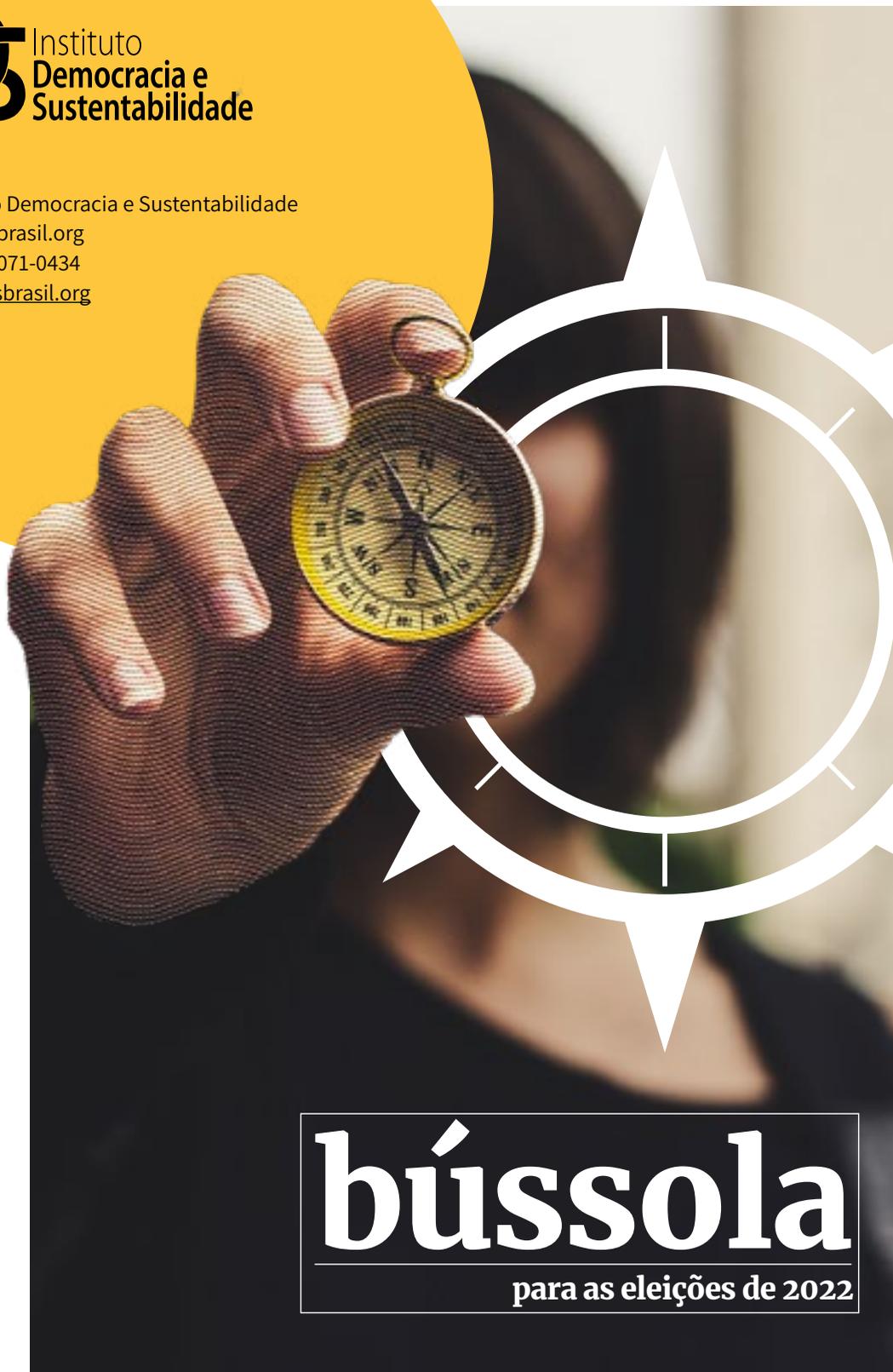
Diagnóstico Temático dos Serviços de Água e Esgoto (2020), do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). Disponível em: http://www.snis.gov.br/downlods/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf.

Relatório Bem-Estar e Privações Múltiplas na Infância e na Adolescência no Brasil (2018) da Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multipas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>.

Tabnet do Datasus. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.



Instituto Democracia e Sustentabilidade
ids@idsbrasil.org
+55 11 3071-0434
www.idsbrasil.org



bússola
para as eleições de 2022